



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0024.00.025093-6/001 Numeração 0250936-
Relator: Des.(a) Francisco Kupidlowski
Relator do Acórdão: Des.(a) Francisco Kupidlowski
Data do Julgamento: 30/10/2008
Data da Publicação: 24/11/2008

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. PENHORA. BLOQUEIO ELETRÔNICO QUE RESTOU INFRUTÍFERO. INÉRCIA DO AGRAVANTE EM INDICAR BENS. **CONSTRIÇÃO SOBRE A RENDA DOS JOGOS DE FUTEBOL. POSSIBILIDADE.** MANUTENÇÃO DA DECISÃO SINGULAR. AGRAVO IMPROVIDO. 1 - É legítima a penhora sobre a cota parte da renda dos jogos do agravante no Campeonato Brasileiro ante as inúmeras tentativas infrutíferas, no intuito de satisfazer os interesses do credor. 2 - Agravo a que se nega provimento.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.00.025093-6/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): CLUBE ATLETICO MINEIRO - AGRAVADO(A)(S): SINAL VIDEO LTDA - RELATOR: EXMO. SR. DES. FRANCISCO KUPIDLOWSKI

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 13ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2008.

DES. FRANCISCO KUPIDLOWSKI - Relator

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. DES. FRANCISCO KUPIDLOWSKI:

VOTO



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Pressupostos presentes. Conhece-se do recurso.

Contra uma decisão que na Comarca de Belo Horizonte - 4ª Vara -, deferiu o pedido de retenção de cota parte da renda dos jogos do agravante no Campeonato Brasileiro, surge o presente agravo de instrumento interposto por CLUBE ATLÉTICO MINEIRO e, pretendendo reforma, alega suas razões.

Nisto consiste o "thema decidendum".

Trata-se de execução de sentença promovida pelo recorrido no importe de R\$87.815,62 (oitenta e sete mil oitocentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), visando a compelir o agravante a efetuar o pagamento do referido débito.

A questão recursal cinge-se à determinação por parte do Magistrado Primevo para que fosse autorizado ao credor a penhora sobre a renda dos jogos do agravante no Campeonato Brasileiro, ante a falta de bens aptos a serem penhorados.

Sustenta o agravante que a decisão recorrida deve ser reformada, na medida em que uma penhora sobre seu faturamento, além de ser desnecessária, compromete a normalidade do seu funcionamento, por ser a mesma excessivamente onerosa.

Outrossim, salienta que tal medida se mostra excepcional, devendo somente ser deferida com a comprovação de inexistência de outros bens.

Não merece reparo a decisão hostilizada.

O agravante pretende, com a interposição do presente, ver cassada a decisão que deferiu o pedido de penhora sobre a renda de jogo de futebol.

Manuseando o instrumento, verifica-se que a agravada tem buscado meios para satisfação do crédito, inclusive através da penhora "on

line", sendo que tal medida restou infrutífera.

Nesse contexto, em razão da inércia do agravante em indicar bens, no momento oportuno, para que recaia a penhora e, diante da viabilidade de transferência ao credor do direito de indicar bens passíveis de constrição, lhe foi deferido o pedido de penhora sobre a renda dos jogos em que o agravante participa no Campeonato Brasileiro.

Desse modo, considerando que no procedimento executivo deve ser atendido o interesse da credora, de forma a assegurar-lhe o direito ao recebimento de seu crédito, plausível o atendimento do seu pedido.

Neste sentido já decidiu esta Câmara, quando do julgamento do agravo de Relatoria da Eminente Desembargadora Cláudia Maia, o qual acompanhei na íntegra, valendo a transcrição:

Quanto a possibilidade de a penhora recair sobre o faturamento ou receita advinda das atividades habituais do devedor, tem-se que, diante da ausência de outros bens à satisfação do crédito, como restou demonstrado no caso dos autos, o exeqüente poderá ver frustrada a execução do crédito, pelo que se mostra pertinente a constrição nesta modalidade.

In casu, o Agravado demonstrou possuir bem imóvel, mas verifica-se que o mesmo já se encontra hipotecado. Além disso, houve tentativa de realização de bloqueio judicial de conta corrente, por meio eletrônico, restando a medida, da mesma forma, infrutífera. Ademais, apesar de o Agravado afirmar, reiteradamente, que possui outros bens para garantir a execução, a não ser a renda dos jogos, em momento algum, efetivamente, indicou quais seriam. (1.0024.05.778283-1/004, Rel. Des. Cláudia Maia, D.J. 14/09/2007)

Com efeito, diante das diversas tentativas de se satisfazer o crédito do agravado, bem como por esta execução ter sido ajuizada há mais de 8 (oito) anos, o deferimento da penhora na forma pleiteada é medida necessária para se garantir a efetividade do processo.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Registre-se que, a constrição de parte da renda dos jogos de futebol nada mais é do que dinheiro, primeiro item na ordem de prioridade para penhora prevista no artigo 655 do Código de Processo Civil.

Todavia, importante esclarecer que tal penhora não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) do faturamento percebido nas vindouras partidas de futebol, tudo em conformidade com a Jurisprudência dos Pretórios Nacionais, de modo a não se onerar em demasia as atividades do clube recorrente, não comprometendo o seu funcionamento.

Com o exposto, nego provimento ao agravo, mantendo-se a decisão singular que admitiu a penhora sobre a renda dos jogos do agravante no Campeonato Brasileiro, limitado ao limite de 30% (trinta por cento) da renda.

Custas do recurso pelo agravante.

Votaram de acordo com o(a) Relator(a) os Desembargador(es): CLÁUDIA MAIA e NICOLAU MASSELLI.

SÚMULA : NEGARAM PROVIMENTO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.00.025093-6/001